

Francisco Sávio Fernandez Mileo Filho

Professor Tutor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET/Belém. Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-graduado em Direito Empresarial pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas – FGV/LAW. Pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Advogado no Estado do Pará e no Estado de São Paulo.

Os Fundamentos Normativos da Seletividade do IPI e do ICMS

Série Doutrina Tributária Vol. XLVII



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2022

● Francisco Sávio Fernandez Mileo Filho
 Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º Andar

CEP 01411-001 – São Paulo – Fone/Fax: (11) 3105-8206

e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira

Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri

Diretor Administrativo: João Francisco Bianco

Diretor Financeiro: Rodrigo Maito da Silveira

Diretores Executivos: Fernando Aurelio Zilveti e Luís Flávio Neto

Conselho Deliberativo: Bruno Fajersztajn, Fabiana Carsoni Alves F. da Silva, Humberto Bergmann Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Mara Eugênia Buonanno Caramico, Martha Toribio Leão, Paulo Victor Vieira da Rocha, Ricardo Maito da Silveira e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1624748

MILEO FILHO, Francisco Sávio Fernandez

M588f Os fundamentos normativos da seletividade do IPI e do ICMS. – São Paulo, SP: IBDT, 2022. (Série Doutrina Tributária, 47).

208 p. : 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-86252-47-7

1. Direito Tributário 2. Seletividade 3. Tributação
 sobre o Consumo 4. IPI 5. ICMS 6. Essencialidade
 Tributária 7. Brasil

I. Francisco Sávio Fernandez Mileo Filho II. IBDT III. Título.

DORIS 341.39

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Seletividade : Brasil
3. Tributação sobre o consumo : Brasil
 4. IPI : Brasil
 5. ICMS : Brasil
5. Essencialidade Tributária : Brasil

Revisão: Carolina Mihoko Massanha / *Edição:* Nelson Mitsuhashi

Impressão e acabamento: Edições Loyola

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	13
Introdução	15

Capítulo 1

Seletividade tributária

1.1. Conteúdo da seletividade jurídico-tributária	29
1.1.1. Seletividade ordinária	31
1.1.2. Seletividade jurídica	34
1.1.3. Seletividade no Direito Tributário	37
1.1.3.1. Seletividade tributária e sua relação com a igualdade	43
1.1.3.2. Entre seletividade tributária, progressivida- de, regressividade e proporcionalidade	49
1.1.3.3. Definição de seletividade tributária	56
1.2. Formas de operacionalização da seletividade tributária...	57
1.3. Espécies de seletividade tributária na Constituição Fede- ral de 1988	62

Capítulo 2

Tributação sobre o consumo e a seletividade no IPI e no ICMS

2.1. Consumo como índice de tributação: perspectivas à luz da teoria da equivalência econômica	71
2.2. Vantagens e desvantagens da tributação sobre o consumo	77
2.3. Seletividade no IPI e no ICMS	86
2.3.1. Histórico nas Constituições anteriores e no Código Tributário Nacional	86

2.3.2. Regime na Constituição Federal de 1988	90
2.3.3. Contraste entre “será” e “poderá”	95

Capítulo 3

Essencialidade tributária

3.1. Critério de discriminação da essencialidade	107
3.2. Significado jurídico-tributário de essencialidade	111
3.3. Elementos da essencialidade tributária.....	122
3.3.1. Elemento pessoal.....	123
3.3.2. Elemento espacial.....	127
3.3.3. Elemento temporal.....	131
3.3.4. Elemento quantitativo	134
3.4. Sujeitos da essencialidade tributária	136

Capítulo 4

Fundamentos e finalidades da seletividade do IPI e do ICMS

4.1. Evolução do estudo	143
4.2. Extrafiscalidade.....	144
4.3. Capacidade contributiva	155
4.4. Dignidade da pessoa humana	165
4.5. Princípio da ordem econômica de defesa do consumidor	171
4.6. Autonomia dos entes federados	178
4.7. Simultaneidade dos fundamentos e das finalidades da se- letividade do IPI e do ICMS	182
Conclusões.....	185
Referências	193